



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567661 - SP (2020/0071835-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JADE YASMINE GARCIA PAIANO
ADVOGADO : JADE YASMINE GARCIA PAIANO - SP341025
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADEMIR JAQUES JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : RENATO MUNHOZ DE CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADEMIR JAQUES JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos da impetração originária (HC n.º 2033868-37.2020.8.26.0000), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 14/01/2020, pela suposta prática do crime do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, pois surpreendido na posse de **403,36g (quatrocentos e três gramas e trinta e seis centigramas) de maconha**. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Nas razões deste *writ*, a Defesa sustenta que não estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva e que o decreto prisional não possui fundamentação idônea.

Defende a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Também menciona a superlotação do presídio, o risco de eventual infecção pelo novo coronavírus, bem como assevera que o Réu “*possui bronquite, sempre fez tratamento médico, no entanto, foi requerido histórico do tratamento e houve uma perda de parte do prontuário pelo Posto de Saúde do bairro local, sendo que foi fornecido o atestado relacionado*” (fl. 14).

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Na hipótese, a decretação da prisão preventiva não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, já que o Juízo singular mencionou que o Acusado, “*embora não ostente condenação criminal, envolveu-se em crime que, por suas circunstâncias (grande quantidade de*

droga), denota dedicar-se à atividade criminosa” (fl. 43). Como se vê, a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela considerável quantidade de droga apreendida – **403,36g (quatrocentos e três gramas e trinta e seis centigramas) de maconha** –, justifica, em tese, a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

De outra parte, o pleito de substituição da prisão preventiva pela domiciliar ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, em razão da superlotação do presídio e risco de infecção pelo novo coronavírus, deve ser dirigido ao Juízo singular. Desse modo, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de supressão de instância.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, solicitando-lhes, ainda, senha ou chave de acesso aos andamentos processuais, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora